

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SS - 132, de 14-12-2015

Institui, no âmbito da Secretaria o Sistema de Gestão de convênios para repasses financeiros, denominado “SANI”, que viabiliza o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP para transferência voluntária de recursos financeiros para utilização específica para órgãos públicos, municípios, e entidades sem fins lucrativos,

O Secretário de Estado da Saúde, considerando:

- os artigos 196 e seguintes da Constituição Federal;
- os artigos 219 e seguintes da Constituição do Estado de São Paulo;
- a Lei Orgânica da Saúde 8080/1990;
- o Decreto Estadual 43.046, de 22-04-1998, que autoriza o Secretário da Saúde, representando o Estado, celebrar convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP;
- a Resolução SS 96/2013 que aprova as minutas dos ajustes para celebração de convênios e contratos;
- a necessidade de a Administração promover agilidade, transparência, economicidade, eficiência e segurança, nos processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP para transferência voluntária de recursos financeiros para utilização específica para órgãos públicos, municípios, e entidades sem fins lucrativos, - que, para tanto, foi desenvolvido um Sistema, denominado SANI, que viabiliza o uso de meio eletrônico para a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP com órgãos públicos, municípios e entidades sem fins lucrativos que permite o acompanhamento e gestão dos recursos financeiros a estes repassados;
- que a utilização do sistema facilitará o acesso das instâncias administrativas envolvidas nas várias fases do processo, bem como promoverá a efetividade da ação governamental e a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;
- que a utilização do meio eletrônico ampliará a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação;
- que o Sistema SANI constitui uma ferramenta de trabalho, pois foi desenvolvido a partir dos procedimentos previstos para formalização de convênios e repasses financeiros, sendo estruturado para gerar documentos de forma eletrônica e digitalizado e tramitar a demanda virtualmente entre as partes envolvidas e suas instâncias internas.

Resolve:

Artigo 1º - Fica instituído na Secretaria o Sistema de Gestão de Convênios para repasses financeiros, denominado “SANI”, que viabiliza o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP para transferência voluntária de recursos financeiros para utilização específica para órgãos públicos, municípios, e entidades sem fins lucrativos,

Artigo 2º - O Sistema SANI ficará sob Administração da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF, criada pelo Decreto Estadual 58.912 de 26-02-2013, que promoverá sua ampla divulgação e implantação entre as instâncias da Secretaria envolvidas na tramitação dos processos e entre os beneficiários de Convênios e Repasses Financeiros.

Artigo 3º - As principais etapas do processo administrativo a serem realizadas no SANI, são as seguintes:

I - PROPOSTA DO INTERESSADO

II - ANÁLISE TÉCNICA

III - RESERVA DE RECURSOS

IV - FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO

V - EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

VI - ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

VII - MONITORAMENTO DE RESULTADOS

Artigo 4º - O fluxograma detalhado do SANI compreende as principais e seguintes fases, cabendo:

I – ao INTERESSADO entrar no Sistema e proceder ao seu cadastro contendo os documentos necessários elencados no sistema, entre eles o PLANO DE TRABALHO;

II – ao DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS receber a demanda, analisar documentos e Plano de Trabalho;

III – a DIRETORIA do DRS analisar a viabilidade do pleito e encaminhar à COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE – CRS para análise técnica e aval do Coordenador;

IV – ao COORDENADOR da CRS encaminhar à COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – CGOF para análise pelo GRUPO DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIOS - GGCON e posterior RESERVA DE RECURSOS;

V – ao GGCON conferir a regularidade das providências tomadas e enviar para assinaturas do representante legal do interessado e posteriormente ao Sr. Secretário da Pasta, através de seu Coordenador e Chefia de Gabinete;

VI – ao Secretário proceder a assinatura digital do convênio, que contém todos os documentos pertinentes ao convênio em seus anexos, principalmente o Plano de Trabalho;

VII – ao GGCON providenciar a publicação do convênio no D.O.;

VIII – à Área Financeira proceder aos pagamentos conforme cronograma aprovado no Plano de Trabalho;

IX – A análise da prestação de contas compete, inicialmente aos DRS's e posteriormente deverá ser ratificada pela UGE pagadora;

Paragrafo Único – Quando os pleitos envolverem outras Coordenadorias, o fluxo seguirá a estrutura organizacional das mesmas.

Artigo 5º - As orientações e procedimentos para implantação e execução do SANI serão fornecidos pela CGOF.

Artigo 6º - A utilização do SANI iniciar-se-á a partir de 01-01-2016, sendo que sua implantação dar-se-á de forma gradativa, convivendo durante o referido exercício com o processo físico. A partir de 01-01-2017 o SANI deverá estar completamente implantado na Secretaria, não sendo mais admitida a realização dos convênios de que tratam esta Resolução em processos físicos.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.